

ALUSA – ALUMINIOS UTILIDADES S/A CNPJ N.º 02.500.125/0001-06 - NIRE 2130000843-8
Rod. BR 135 – Km 6,5 – Rua 1 – Lote 05 – Quadra B - Módulo I, lote 05, Distrito Industrial de São Luís,
65.099-110 – São Luís – Maranhão

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - SENHORES ACIONISTAS – Estamos apresentando as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2020, comparativamente ao exercício de 2019. A fiscalização físico-contábil realizada pelo Ministério da Integração Nacional, através do DGFIN – Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos objetivou a emissão do CEI – Certificado de Empreendimento Implantado, assegurando os benefícios instituídos pela Medida Provisória nº 2.199-14 que consistem na conversão das debêntures emitidas pela empresa em ações preferenciais sem direito a voto. Razões de ordem administrativa da exclusiva decisão do DFRP – Departamento Financeiro de Recuperação de Projetos estão retardando a emissão do CEI, razão por que o documento não foi emitido administrativamente desde 2006. Terminada a fase administrativa, a companhia ajuizou o Mandado de Segurança nº 14934/DF, perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual obteve parecer favorável do Ministério Público e se encontra aguardando decisão de mérito. Este foi o motivo que determinou o não levantamento das Demonstrações Financeiras nos últimos anos. A não emissão do CEI que permitirá à companhia converter todas as debêntures emitidas em ações preferenciais com a consequente redução do seu endividamento, impossibilitando a obtenção de capital de giro no sistema financeiro foi a razão primeira para a paralisação das atividades produtivas. A administração decidiu então adequar os registros contábeis aos ditames da Lei nº 11.638/2007 e 11.941/2008. Para tanto promoveu em 2008 rigorosa avaliação dos seus ativos e passivos de forma a refletir os valores justos de mercado ou valor presente, determinando a vida útil residual nos itens pertinentes, oferecendo a transparência requerida pela legislação. Em sequência submeteu mencionadas peças, à época, à auditoria Externa Independente consoante previsto na Legislação dos Incentivos Fiscais. Cópias das demonstrações financeiras poderão ser obtidas na sede da empresa. São Luís, 16 de fevereiro de 2021. Maria Laura Mohana Pinheiro, Diretor Presidente.

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM:
31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019

	31/12/2020	31/12/2019
	R\$	R\$
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	1.493,22	931,25
Caixa	1.493,22	931,25
Bancos	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.192.209,81	2.158.169,65
Realizável a Longo Prazo	14.406,97	14.406,97
Parcelamento Tributário	14.406,97	14.406,97
Imobilizado	2.177.802,84	2.143.762,68
Terreno Industrial	1.326.800,00	1.326.800,00
Imóveis	851.002,84	851.002,84
(-) Depreciação Acumulada	-	(34.040,16)
TOTAL DO ATIVO	2.193.703,03	2.159.100,90

PASSIVO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
PASSIVO CIRCULANTE	185,00	185,00
Obrigações Tributárias	185,00	185,00
Outas Obrigações	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Exigível a Longo Prazo	2.315.360,17	2.363.251,05
Empréstimos e Financiamentos	147.227,29	122.227,29
Debentures	2.044.368,39	2.044.368,39
Parcelamentos Tributários	123.764,49	196.655,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(121.842,14)	(204.335,15)
Capital Social	7.610.133,00	7.610.133,00
Reservas de Capital	3.385,61	3.385,61
Ajuste de Avaliação Patrimonial	58.993,72	140,87
Lucro e/ou Prejuízo Acumulados	(7.783.954,47)	(7.783.903,47)
Lucro e/ou Prejuízo do Exercício	(10.400,00)	(34.091,16)
TOTAL DO PASSIVO	2.193.703,03	2.159.100,90

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
RECEITA BRUTA		-
Receita de Produtos Vendidos	-	-
(-) IMPOSTOS S/ VENDAS		-
(-) PIS s/ vendas	-	-
(-) COFINS s/ vendas	-	-
RECEITA LÍQUIDA	-	-
(-) Custo dos Produtos Vendidos	-	-
LUCRO BRUTO	-	-
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(10.400,00)	(34.091,16)
Despesas Administrativas	-	(34.091,16)
Despesas Comerciais	-	-
Despesas Financeiras	(10.400,00)	-
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	(10.400,00)	(34.091,16)
(-) Provisão dos Impostos	-	-
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social	-	-
LUCRO OU (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(10.400,00)	(34.091,16)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGEM E APLICAÇÕES DE RECURSOS					
DISCRIMINAÇÃO		31/12/2020	31/12/2019		
ORIGENS		3.450,72	(102,00)		
. Resultado do Exercício		(10.400,00)	(34.091,16)		
. Depreciação / Amortização		(34.040,16)	-		
. Ajuste do Patrimônio Líquido		-	-		
. Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo		-	34.040,16		
. Baixa no Imobilizado		-	-		
. Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo		47.890,88	(51,00)		
APLICAÇÕES		-	-		
. Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo		-	-		
. Aumento do Ativo Realizável Longo Prazo		-	-		
. Aquisições do Imobilizado		-	-		
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		3.450,72	(102,00)		
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE					
DISCRIMINAÇÃO		31/12/2020	31/12/2019		
ATIVO CIRCULANTE - Início do Exercício		931,25	790,38		
ATIVO CIRCULANTE - Fim do Exercício		1.493,22	931,25		
VARIAÇÃO		(561,97)	(140,87)		
PASSIVO CIRCULANTE - Início do Exercício		185,00	185,00		
PASSIVO CIRCULANTE - Fim do Exercício		185,00	185,00		
VARIAÇÃO		-	-		
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		(561,97)	(140,87)		
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CONVERSÕES	LUCRO/(PREJUÍZO) ACUMULADO	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL
SALDO EM 31/12/2018	7.610.133,00	3.385,61	(7.783.903,47)	-	(170.384,86)
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	140,87	-	140,87
Ajuste no Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	(34.091,16)	-	(34.091,16)
SALDO EM 31/12/2019	7.610.133,00	3.385,61	(7.817.853,76)	-	(204.335,15)
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	92.893,01	-	92.893,01
Prejuízo do Exercício	-	-	(10.400,00)	-	(10.400,00)
SALDO EM 31/12/2020	7.610.133,00	3.385,61	(7.735.360,75)	-	(121.842,14)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
DISCRIMINAÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
	R\$	R\$
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de Clientes e outros	-	-
(-) Pagamentos a Fornecedores	-	-
(-) Pagamentos ao Governo	-	-
(-) Credores Diversos	-	-
(=) Disponibilidades Geradas	-	-
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Recebimentos venda Imobilizado		-
(-) Aquisição de Ativo Permanente		-
(+) Recebimento de Dividendos		-
(=) Disponibilidades Geradas	-	-
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Parcelamentos Tributario	72.890,88	10.873,91
(-) Amortização de Empréstimos		-
(+) Emissão de Debentures		-
(+) Integralização de Capital		
(-) Pagamento de Dividendos		
(=) Disponibilidades Geradas	72.890,88	10.873,91
AUMENTO/DIMINUIÇÃO DAS DISPONILIDADES	561,97	140,87
DISPONIBILIDADES - Início do Período	931,25	790,38
DISPONIBILIDADES - Final do Período	1.493,22	931,25

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2020.

1 Contexto operacional

A ALUSA – ALUMÍNIOS UTILITÁRIOS S.A. – Foi constituída em 08/05/1988. tem por objeto a atividade CNAE 25.32-2-01 - Produção de artefatos estampados de metal. Atua no mercado local e regional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Em conformidade com a deliberação nº 565 da CVM, de 17.12.08, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13, a adoção inicial à Lei nº 11.638/07 e MP 449/08, ocorreu em 2011.

O CPC 13 desobrigou as companhias a aplicar o dispositivo da NPC 12 e Deliberação da CVM nº 506/06 – Práticas Contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e correção de erros na adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP 449/08.

A companhia exerce a faculdade prevista nesse CPC e reflete os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. As demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2020, apresentadas de forma comparativa com as demonstrações financeiras de 2019 foram levantadas à luz dos procedimentos contábeis da legislação citada e posterior.

As demonstrações contábeis ora apresentadas não exibem exceções e isenções opcionais permitidas pelo pronunciamento contábil CPC 13,

Do Imobilizado – a companhia, quando julgou necessário, contratou peritos avaliadores para proceder a avaliação dos bens a valores de mercado ou preço justo, determinando a vida útil econômica de cada bem. Foi determinada a contabilização desses bens pelo novo valor em contrapartida da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial consoante determina a Lei nº 11.638/07. Os ajustes realizados no patrimônio líquido estão demonstrados nas mutações do patrimônio líquido que integram estas demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Companhia efetuou, neste exercício, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, julgando-os adequados. Não há registro de intangível, nem diferido.

3.3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas se referem, quando ocorrerem, a arrendamento de base física

b. Instrumentos financeiros

A Companhia registra um saldo de debêntures que esteve contabilizado no Patrimônio Líquido em função da MP 2058/2000, reeditada com o nº 2.199-14/2000, porque mencionadas debêntures eram integralmente resgatáveis mediante a conversão em ações preferenciais. Na posição de 31.12.2020 mencionadas debêntures estão prescritas.

A companhia decidiu manter congelados mencionados saldos por ocasião do enquadramento das demonstrações financeiras aos dispositivos da Lei nº 11.638/2007 porque entende que a falta de emissão do CEI por parte do Ministério da Integração obrigou-a impetrar demanda judicial em andamento. Mencionadas debêntures estão prescritas faltando somente a ocorrência de sua declaração judicial para que mencionado valor seja objeto de ajuste de avaliação patrimonial.

C. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores reconhecidos ou calculados acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias até a data do balanço patrimonial. As debêntures têm previsão de dispensa de encargos desde 2000, (MP 2058/2000-MP 2.199-14/2000) razão por que não foram ajustados os valores até que seja emitido o CEI para habilitação à conversão, ou declarada a prescrição.

04- Patrimônio Líquido – O capital subscrito e integralizado da sociedade é de R\$ 7.610.133,00 (sete milhões seiscentos e dez mil, cento e trinta e três reais), constituído por ações nominativas, sem valor nominal, e assim composto: a) R\$ 3.045.700,00 (três milhões, quarenta e cinco mil e setecentos reais) representado por 3.045.700,00 (três milhões, quarenta e cinco mil e setecentas) ações ordinárias; b) R\$ 1.305.300,00 (um milhão, trezentos e cinco mil e trezentos reais), representado por 1.305.300,00 (um milhão, trezentos e cinco mil e trezentos) ações preferenciais classe “A”; c) R\$ 3.259.133,00 (três milhões duzentos e cinquenta e nove mil, cento e trinta e três reais), representado por 3.259.133,00 (três milhões duzentos e cinquenta e nove mil, cento e trinta e três) de ações preferenciais classe “B”.

As demais contas do Patrimônio Líquido estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – A Companhia apresenta a posição de capital fixo, sem Conselho de Administração

PARECER DO CONSELHO FISCAL – De funcionamento não permanente e não se encontra instalado.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Não foi realizada auditoria externa independente no exercício de 2020.

São Luís - MA, 16 de fevereiro de 2021.

Maria Laura Mohana Pinheiro - diretor presidente;

Márcio Greick Feitosa Torres – Contador – CRC-CE nº 10859.



MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Secretaria Nacional de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração

DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DE REQUISITOS PARA PUBLICAÇÃO NOS SISTEMAS EMPRESAS.NET OU FUNDOS.NET

Pelo presente instrumento eletrônico, os abaixo qualificados:

I – MARIA LAURA MOHANA PINHEIRO, BRASILEIRA, SOLTEIRO(A), Administrador, inscrito(a) no CPF sob o nº 063.017.033-91, representante legal da sociedade ALUSA-ALUMINIOS UTILIDADES S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.500.125/0001-06, com sede em RODOVIA BR 135 - KM 6,5 - RUA 1 - LOTE 05, nº 05, QUADRA B - MÓDULO I - DISTRITO INDUSTRIAL - São Luís/MA - CEP 65000-000, conforme poderes atribuídos pelo contrato ou estatuto social;

II – MARCIO GREICK FEITOSA TORRES, Brasileira, Solteiro, contador(a), inscrito(a) no CPF sob o nº 338.422.801-49, CRC sob o nº 010859, responsável pela escrituração e elaboração das demonstrações contábeis da companhia;

DECLARAM, sob as penas da lei, para fins de utilização dos Sistemas Empresas.NET ou Fundos.Net, **em cumprimento ao subitem Notas do item 17.1, do Manual de Registro de Sociedade Anônima, Anexo V da IN/DREI n. 81/2020**, que:

1. As informações constantes das demonstrações contábeis transmitidas aos Sistemas acima indicados são verdadeiras, completas, atuais e refletem com fidelidade a situação patrimonial, financeira e econômica da companhia.
2. A companhia enquadra-se, no exercício social de referência, conforme sua natureza jurídica, no seguinte critério: Sociedade Anônima de capital aberto: receita bruta inferior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
3. Autorizam expressamente o cruzamento e validação dos dados constantes das demonstrações contábeis com as bases da Receita Federal do Brasil, das Juntas Comerciais, da Comissão de Valores Mobiliários (quando aplicável), bem como de quaisquer outros órgãos públicos de fiscalização e controle.
4. Reconhecem que a falsidade de qualquer das informações declaradas poderá ensejar responsabilização civil, administrativa e penal dos signatários, nos termos da legislação vigente, incluindo os artigos 299 e 304 do Código Penal Brasileiro, além das sanções previstas nas normas societárias, contábeis e tributárias.

Esta Declaração será assinada eletronicamente, com **validade jurídica plena**, por meio de qualquer plataforma de assinatura eletrônica **legalmente reconhecida no Brasil**, como o **Portal Gov.br** (contas com **selo prata ou ouro**, com validação garantida pelo governo federal), ou pelos **portais de assinatura eletrônica das Autoridades Certificadoras (AR) credenciadas pela ICP-Brasil**, utilizando certificados digitais emitidos conforme os requisitos legais, nos termos da **Medida Provisória nº 2.200-2/2001**, do **Decreto nº 10.543/2020**, da **Lei nº 14.063/2020** e demais dispositivos aplicáveis.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam eletronicamente a presente Declaração, para que produza todos os seus efeitos legais.

São Luís-MA, 12/02/2026

MARCIO GREICK FEITOSA TORRES
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CPF 338.422.801-49
CRC 010859

MARIA LAURA MOHANA PINHEIRO
DIRETOR
CPF 063.017.033-91



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ALUSA-ALUMINIOS UTILIDADES S/A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
33842280149	
06301703391	